

METRO DO PORTO, S.A.

CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO TRIMESTRAL

PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2011



METRO DO PORTO, S.A.**CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO TRIMESTRAL****PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2011****ÍNDICE**

	Página
1. INTRODUÇÃO	3
2. ASPECTOS RELEVANTES NO TRIMESTRE	4
3. ANÁLISE DAS CONTAS E DOS ORÇAMENTOS	5
4. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS	13
5. NOTAS FINAIS	15
6. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	17

1.INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 71/93, de 10 de Março, publicado no Diário da República - I Série - A, de 10 de Março de 1993, instituiu o regime jurídico da exploração de um sistema de metro ligeiro, na área metropolitana do Porto, atribuindo a exploração desse sistema a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, em regime de exclusivo.

Assim, em 06 de Agosto de 1993 foi formalmente constituída a sociedade "Metro da Área Metropolitana do Porto, S.A.", denominação posteriormente alterada para "Metro do Porto, S.A.", tendo por objecto a exploração de um sistema de metro ligeiro na AMP, compreendendo ainda no seu objecto a construção das infra-estruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Ao longo do tempo, o regime jurídico inicial foi objecto de algumas alterações, onde se destaca a publicação do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 71/93 e criou novos Estatutos para a sociedade. Os Estatutos foram mais tarde reformulados pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, ficando o capital social a ser de € 5 000 000, e a sede a situar-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1 862 - 7º Andar, no Porto. Mais tarde, pela Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 25 de Março de 2008, os Estatutos sofreram diversas alterações, das quais salientamos o aumento do capital social de € 5 000 000 para € 7 500 000, a nova estrutura accionista e a reformulação da estrutura da administração e fiscalização, onde se evidencia a substituição do Fiscal Único por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um suplente. Os Estatutos foram republicados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro.

Em conformidade com a referida Deliberação Social Unânime por Escrito, a estrutura accionista da Empresa passou a ser a que consta no Quadro 1.

Quadro 1. - Estrutura accionista

Accionistas	Participação no Capital
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP - Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Câmara Municipal de Gondomar	0,0001%
Câmara Municipal da Maia	0,0001%
Câmara Municipal de Matosinhos	0,0001%
Câmara Municipal do Porto	0,0001%
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	0,0001%
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Em 15 de Dezembro de 1998, pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, foi instituído um Acordo Parassocial dos accionistas da Metro do Porto, S.A., posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro. Este Acordo Parassocial mantém-se em fase de revisão, segundo informação que nos prestaram, há algum tempo atrás.

Neste mesmo diploma, foram estabelecidas as bases da Concessão, por um período de 50 anos, tendo sido, posteriormente, objecto das alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de Setembro, do Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 33/2003, de 24 de Fevereiro, do Decreto-Lei n.º 166/2003, de 24 de Julho, do Decreto-Lei n.º 233/2003, de 27 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro. O período de 50 anos da Concessão nunca sofreu alteração.

Pelo Decreto-Lei n.º 249/2002, de 19 de Novembro, foi permitida a realização de operações de leasing de equipamento afecto ao sistema.

De acordo com a Base XIII, das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de Outubro, o financiamento da concessão é assegurado:

- Pelas receitas decorrentes da actividade da concessionária;
- Pelas dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus accionistas;
- Eventualmente, por produto de empréstimos a contrair pela Empresa.

O Conselho Fiscal da Metro do Porto, S. A., em conformidade com o disposto no Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 99, de 23 de Maio de 2008, e no n.º 2 do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa, apresenta o seu relatório respeitante ao segundo trimestre do exercício de 2011.

Como é habitual, a Empresa facultou ao Conselho Fiscal os Balancetes mensais do Razão e as Notas Técnicas emitidas mensalmente pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, não só quanto aos capítulos de operação, como em relação aos capítulos financeiros.

Para a elaboração deste relatório, foram disponibilizadas as Demonstrações Financeiras e a Nota Técnica dos capítulos financeiros, emitida pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, relativas a valores acumulados até Junho de 2011. Estes documentos foram analisados pelo Conselho de Administração na sua reunião de 10 de Agosto de 2011.

2. ASPECTOS RELEVANTES NO TRIMESTRE

Evidenciamos neste trimestre:

-O pedido de renúncia, em 28 de Junho de 2011, do Senhor Dr. Marco António Ribeiro dos Santos Costa ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA. Não foi realizada a substituição, até à presente data.

-O pedido de renúncia, em 21 de Julho de 2011, do Senhor Eng.º Mário Hermenegildo Moreira de Almeida ao cargo de vogal não executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA. Não foi realizada a substituição, até à presente data.

-Após o encerramento das contas do 2.º trimestre, foi publicado o Despacho Normativo n.º 11-A/2011, de 20 de Julho, dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego, que aumentou o preço dos títulos de transporte em 15%, com produção de efeitos a partir de 1 de Agosto de 2011, medida, que contribuirá para a melhoria dos resultados operacionais futuros da Empresa.

-Temos conhecimento de que estão em curso operações de preparação do Orçamento da Metro do Porto para 2012, mas ainda não dispomos de elementos para análise.

3. ANÁLISE DAS CONTAS E DOS ORÇAMENTOS

As demonstrações financeiras estão a ser elaboradas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro e respectivas interpretações (SIC-IFRIC).

Analisamos os desvios mais relevantes ocorridos no 2.º trimestre de 2011, em relação aos saldos de 31 de Março de 2011, nas contas patrimoniais, e aos saldos do período homólogo de 2010, nas contas de resultados. Salvo excepções, em contas com informação de interesse especial, são apenas evidenciados os desvios de saldos iguais ou superiores a M€ 10 nas contas de balanço e de M€ 5 nas contas de resultados.

Relativamente ao justo valor dos swaps reconhecidos nas contas da Empresa, verificamos que continuaram a ser apurados e aplicados pela indicação das contrapartes, não tendo ainda sido apurados pela entidade qualificada e independente contratada para o efeito em Maio findo, pelo que os valores apresentados nos merecem uma dúvida respeitante a alguns dos modelos de avaliação.

O Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, anexos a este relatório, estão apresentados com valores comparativos do período homólogo de 2010, apenas para acompanhar o método utilizado pela Empresa.

3.1 - CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 *Fornecedores*

Em relação ao primeiro trimestre, o saldo desta conta teve uma redução de m€ 10 963 (34%), tendo passado de um saldo credor de m€ 31 813, em 31 de Março, para um saldo também credor de m€ 20 850, em 30 de Junho de 2011.

Esta redução de débitos foi possível em virtude da celebração de um contrato de empréstimo de curto prazo entre o Estado Português e a Empresa, com data de 14 de Abril de 2011, tendo sido efectuados os maiores pagamentos à Normmetro, ACE, à Prometro SA e à Bombardier Transportation, SA.

3.1.2 *Estado e Outros Entes Públicos*

O saldo devedor desta rubrica variou de m€ 13 947, em 31 de Março de 2011, para um saldo igualmente devedor de m€ 15 812, em 30 de Junho de 2011, o que corresponde a um aumento de m€ 1 865, referente a crescimento dos reembolsos pedidos de IVA.

Conforme informação transmitida em relatórios anteriores, no seguimento de uma acção inspectiva da DGCI, foram instaurados processos de contra-ordenação respeitantes ao IVA deduzido pela Empresa nas facturas das obras de requalificação urbana, levadas a cabo pela Metro do Porto, e que a DGCI considera indevidamente deduzido.

Neste sentido, a Metro do Porto tem continuado a receber da DGCI notas de liquidação a intimar para pagamento voluntário do imposto alegadamente em falta e, bem assim, as respectivas notas de liquidação dos correspondentes juros compensatórios. Até meados de Junho de 2011 a Empresa já tinha recebido notas de liquidação a intimar o pagamento do imposto, alegadamente em falta, e dos correspondentes juros compensatórios no montante global de m€ 36 113. Até ao fim de Junho esse valor manteve-se.

O Conselho de Administração da Metro do Porto, ao contrário da DGCI, entende que o IVA nas obras de requalificação deve ser dedutível e, portanto, decidiu seguir o caminho contencioso através de um processo judicial, dada a gravidade da situação. A Empresa tem apresentado requerimentos para suspensão dos processos de contra-ordenação até ao trânsito em julgado da decisão proferida no processo judicial.

O Conselho de Administração, seguro da sua razão, não tem contabilizado a contingência desses pagamentos.

Por outro lado, a DGCI, nos reembolsos de IVA que efectua à Empresa, já procedeu a compensações de IVA que considera indevidamente deduzido pela Metro do Porto. A Empresa tem deduzido oposição às compensações efectuadas, requerendo, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, a anulação dos despachos da DGCI, tendo sido sempre proferidas sentenças favoráveis dando provimento às reclamações apresentadas pela Metro do Porto, nesta sede, anulando os despachos da DGCI. Continuaram, entretanto, outras operações de compensação que obtiveram despacho judicial favorável, mantendo-se, contudo, algumas aguardando ainda esse despacho judicial

Na mesma acção inspectiva, a DGCI questiona também o tratamento contabilístico e fiscal em sede de IRC, respeitante às dotações de investimento do Orçamento do Estado e aos fundos comunitários atribuídos à Metro do Porto, que, na forma como foram registados, alteram o rendimento da Empresa para efeito de tributação neste imposto. No entanto, dado que a Sociedade tem apresentado resultados pesadamente negativos, não haverá qualquer imposto a pagar, resumindo-se o eventual encargo ao pagamento de coimas que vierem a ser aplicadas. Este contencioso com a Administração Fiscal deixou de existir, a partir do exercício de 2010 e seguintes, com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Estas posições originam que a DGCI emita certidões declarando que a situação tributária não se encontra regularizada. A Empresa estava a tentar obter garantias bancárias que permitissem que essas declarações fossem alteradas. Por dificuldades na obtenção dessas garantias, a Empresa está a disponibilizar-se para oferecer como hipoteca cinco prédios que possui. Tanto quanto sabemos o assunto ainda não foi solucionado

3.1.3 Financiamentos Obtidos

O financiamento da Metro do Porto, manteve no segundo trimestre de 2011 a tendência de aumento, tendo variado de um saldo credor de m€ 2 366 105, em 31 de Março de 2011, para um saldo igualmente credor de m€ 2 433 910, em 30 de Junho de 2011.

O aumento, de m€ 67 805, encontra-se evidenciado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2. - Variação do financiamento obtido

(milhares de euros)

Rubricas	Junho/2011	Março/2011	Variação
Não corrente			
Empréstimo por obrigações	50.000	50.000	0
Empréstimos bancários	1.901.467	1.901.467	0
Locação operacional	206.735	206.735	0
	2.158.202	2.158.202	0
Corrente			
Empréstimos bancários	94.354	201.530	-107.176
Empréstimos-DGTF	175.000	0	175.000
Locação operacional	6.328	6.328	0
Locação financeira	26	45	-19
	275.708	207.903	67.805
	2.433.910	2.366.105	67.805

Neste segundo trimestre, salientamos o agravamento de m€ 67 805 nos empréstimos correntes.

Este agravamento corresponde a um financiamento de curto prazo de m€ 175 000 efectuado pelo Estado através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças e destinou-se, fundamentalmente, a substituir o financiamento bancário corrente.

3.1.4 Outras Contas a Receber e a Pagar

O saldo desta conta passou de um valor credor de m€ 71 163, em 31 de Março de 2011, para um saldo também credor de m€ 57 233, em 30 de Junho de 2011, o que corresponde a uma redução de m€ 13 930. Separando as contas activas das contas passivas, temos:

3.1.4.1-Outras Contas a Receber

Nesta rubrica verificou-se, no segundo trimestre de 2011, um aumento de m€ 3 751, respeitante, especialmente, à estimativa das indemnizações compensatórias a receber (+m€ 2 965).

3.1.4.2-Outras Contas a Pagar

No que respeita às contas a pagar o saldo variou de m€ 80 497, em 31 de Março de 2011, para m€ 70 318, em 30 de Junho de 2011, mostrando uma redução de m€ 10 179.

No quadro a seguir, mostram-se as variações mais significativas:

Quadro 3. - Outras contas a pagar

(milhares de euros)

Rubricas	Junho/2011	Março/2011	Variação	
			Valor	%
Normetro, ACE	13.560	15.067	-1.507	-10%
GACE Gondomar, ACE	17.793	13.098	4.695	36%
Juros de empréstimos-estimativa	14.283	7.309	6.974	95%
Consulgal	3.353	5.414	-2.061	-38%
Bento Pedroso-Construções	3.242	5.316	-2.074	-39%
Lena-Engenharia e Construções	3.242	5.316	-2.074	-39%
Bombardier Transportation Portugal	1.193	3.674	-2.481	-68%
Operação comercial rede metro-estimativa	3.558	3.585	-27	-1%
Domingos da Silva Teixeira	2.427	3.334	-907	-27%
ABB-Alexandre Barbosa Borges	581	3.177	-2.596	-82%
Thales Portugal	27	2.666	-2.639	-99%
CJC-Engenharia e Projectos	2.057	2.057	0	0%
M. Couto Alves	155	1.361	-1.206	-89%
Gastos financeiros LEP-estimativa	1.504	1.249	255	20%
Total	66.975	72.623	-5.648	-8%

As diferenças para m€ 80 497, em 31 de Março de 2011, e para m€ 70 318, em 30 de Junho de 2011, correspondem a inúmeros saldos favoráveis a fornecedores, mas que individualmente não atingem M€ 1, cada um.

3.1.5 Provisões

O saldo desta rubrica teve um aumento de m€ 10 942 (5%), no segundo trimestre de 2011, passando de um saldo credor de m€ 200 583, em 31 de Março, para um saldo também credor de m€ 211 525, em 30 de Junho de 2011.

O aumento decorre da aplicação da IFRIC 12, no sentido de fazer face à obrigação de renovação dos activos a transferir para o concedente, no final do período da concessão.

Como já referimos anteriormente, a Empresa não considera motivo para constituir uma provisão para a contingência do pagamento de IVA em discussão com a DGCI.

3.1.6 Activos Intangíveis

Em 31 de Março de 2011 o saldo desta conta era de m€ 1 972 016, sendo de m€ 1 958 973, em 30 de Junho de 2011. A redução de m€ 13 043, resultou, especialmente, das amortizações reconhecidas no trimestre.

3.1.7 Investimentos em Curso

Em 30 de Junho de 2011, o saldo devedor desta conta era de m€ 257 844, sendo de m€ 244 679, em 31 de Março de 2011, o que representa um aumento, no trimestre, de m€ 13 165.

Estes investimentos correspondem, essencialmente, a despesas de obras na fase de conclusão das linhas Vermelha, Amarela e Laranja.

Neste período não se verificaram transferências para firme.

3.1.8 Activos/Passivos não Correntes

Nesta rubrica registam-se as variações do justo valor dos swaps de cobertura de taxa de juro. Em relação a 31 de Março de 2011, as variações em 30 de Junho de 2011, apresentam a seguinte evolução:

Quadro 4. - Activos/passivos não correntes

Descrição	(milhares de euros)		
	30/06/2011	31/03/2011	Desvios
Derivados (Passivo-Justo valor)	-673.786	-652.458	-21.328
Derivados (Activo-Justo valor)	26.690	26.973	-283
Ganhos (Perdas) por imparidades acumuladas	-647.096	-625.485	-21.611

Os justos valores dos swaps reconhecidos tiveram por suporte os cálculos efectuados pelas contrapartes, o que, em alguns casos, não nos permite apurar esses justos valores, mesmo aproximados.

Existindo já desde Maio passado, seleccionada uma entidade com competência técnica nesta área e gozando de independência para determinar os justos valores dos swaps, admitimos que os números acima apresentados poderão vir a ser alterados, no futuro.

A entidade seleccionada tem estado a preparar os cálculos, que, oportunamente, analisaremos.

3.1.9 Outras Variações no Capital Próprio

O valor desta conta passou de m€ 549 816, em 31 de Março de 2011, para m€ 565 739, em 30 de Junho de 2011, o que corresponde a um aumento de m€ 15 923. Este aumento no 2.º trimestre de 2011, resultou apenas de participações do FEDER/QREN.

3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

3.2.1 Fornecimentos e Serviços Externos

O valor desta conta, no segundo trimestre de 2011, é de m€ 29 776, tendo apresentado um valor de m€ 41 399, no segundo trimestre de 2010, o que corresponde a uma redução de m€ 11 623 (28%).

No Quadro 5 estão evidenciadas as variações mais significativas deste trimestre, relativamente a igual período de 2010:

Quadro 5. - Fornecimentos e serviços externos

(milhares de euros)

DESCRIÇÃO	Junho 2011	Junho 2010	Variação 2011/2010	
			Valor	%
Subcontratos	23.481	25.173	-1.692	-7%
Honorários	190	94	96	102%
Rendas e alugueres	528	8.662	-8.134	-94%
Conservação e reparação	3.309	1.099	2.210	201%
Vigilância e segurança	414	2.370	-1.956	-83%
Trabalhos especializados	1.408	3.526	-2.118	-60%
Restante	446	475	-29	-6%
Total conforme balancete	29.776	41.399	-11.623	-28%

No que respeita aos subcontratos, a redução refere-se, fundamentalmente, à mudança do operador Normetro, ACE para a Prometro, SA - Via Porto.

A redução das rendas e alugueres deve-se, essencialmente, às rendas do leasing de veículos do metro ligeiro, registadas no segundo trimestre de 2010 na conta 6261-Rendas e alugueres, tendo sido, posteriormente, regularizadas de acordo com o novo normativo contabilístico para a rubrica gastos e perdas de financiamento.

O aumento da conservação e reparação decorre, essencialmente, dos gastos com a revisão geral dos veículos Eurotram ocorridos no segundo trimestre de 2011, tendo apenas um pequeno registo no segundo trimestre de 2010.

Verificou-se, também, uma redução significativa dos gastos com vigilância e segurança, devido ao facto de o contrato celebrado com a Prometro, SA - Via Porto, integrar estes serviços, anteriormente pagos directamente pela Metro do Porto à empresa Prosegur.

Nos trabalhos especializados há uma redução significativa (-60%) no montante apurado no segundo trimestre de 2011. De uma maneira geral, verifica-se a redução do recurso a esse tipo de consultas.

3.2.2 Perdas por Reduções de Justo Valor

Em junho de 2010 não foram reconhecidas quaisquer perdas deste tipo.

Em Junho de 2011 foi registada uma redução do justo valor dos derivados (swap).

3.2.3 Provisões do Período

O saldo desta conta registava um valor nulo, no fim do segundo trimestre de 2010, registando um saldo de m€ 15 281, em 30 de Junho de 2011, respeitante à renovação dos activos da concessão.

Em Junho de 2010, a Empresa ainda não tinha reexpresso estes valores em regime SNC, o que justifica a variação ocorrida.

3.2.4 Gastos e Perdas de Financiamento

No segundo trimestre de 2011, foram registados nesta conta m€ 79 592, tendo sido registados m€ 28 236, em igual período de 2010, o que corresponde a um aumento de m€ 51 356 (182%).

Os aumentos mais significativos, em relação ao segundo trimestre de 2010, ocorreram nos juros dos empréstimos bancários de médio e longo prazo (que incluem encargos com as rendas do LEP) (+m€ 35 567), no efeito financeiro das provisões (+m€ 9 674), nos juros dos empréstimos de curto prazo (+m€ 4 529) e nos juros do empréstimo obrigacionista (+m€ 1 579).

3.2.5 Prestações de Serviços

No segundo trimestre de 2011 o valor atingido foi de m€ 21 212, tendo sido de m€ 17 200 no período homólogo de 2010, a que corresponde um aumento de m€ 4 012 (23%). Contudo o aumento no transporte de passageiros foi de m€ 1 959 (13%).

A utilização na Empresa do regime POC ainda em Junho de 2010 e a alteração para um novo sistema SNC em 2011, justifica a variação de algumas sub-rubricas desta conta, que conduzem à diferença global nas percentagens em relação ao transporte de passageiros.

3.2.6 Subsídios à Exploração

Foram reconhecidos nesta conta, até 30 de Junho de 2011, subsídios à exploração no montante de m€ 5 930, tendo sido reconhecidos, em igual período do exercício anterior m€ 5 987, o que corresponde a uma redução de m€ 56 (1%). Tal como em exercícios anteriores, os valores reconhecidos mensalmente são estimados e têm por base a dotação atribuída pelo Estado no exercício imediatamente anterior.

3.2.7 Ganhos por Aumentos de Justo Valor

O saldo desta rubrica, em 30 de Junho de 2011, é de m€ 98 744, não tendo sido calculado no segundo trimestre de 2010 o justo valor dos swaps em curso, devido a não estar ainda implementado o regime SNC na Empresa.

Este valor decorre do cálculo do justo valor dos swaps de cobertura de taxa de juro, contratados com as diversas entidades financeiras.

3.3 - ORÇAMENTOS

3.3.1 Orçamento de Investimentos

Até 30 de Junho de 2011, o investimento acumulado atingiu o montante de M€ 27,9 que representa 46,3% do orçamento previsto pelo Conselho de Administração para 2011, embora este orçamento não tivesse sido aprovado pela Assembleia Geral Anual de 30/05/2011, tendo a proposta apresentada pelo representante do accionista Estado de não deliberação sobre este ponto, sido aprovada, aguardando-se a eleição dos novos membros dos órgãos sociais para a elaboração de um novo plano de actividades e orçamento.

No primeiro semestre de 2010 o investimento foi de M€ 52,3.

Apresentamos, a seguir, o Quadro 6, com os valores mais significativos da execução orçamental, do segundo trimestre de 2011:

Quadro 6. - Execução orçamental (Milhares de euros)

Rubricas	Valor	Percentagem de execução
Projectos aprovados	2 677	178%
Inserção Urbana da rede base	7 143	71,3%
D. João II - Santo Ovídio	7 759	43,8%
Linha Estádio do Dragão - Fânzeres	8 469	42,4%

3.3.2 Orçamento de Exploração

Este orçamento teve a mesma orientação dada pelo accionista Estado ao processo de não deliberação, conforme referido para o Orçamento de Investimento.

Contudo foi imposto pelo representante do accionista Estado que se respeitassem as orientações relativas ao Plano de Redução de Custos Operacionais em 15%.

Entretanto em 15/06/2011, o Conselho de Administração aprovou uma revalorização do orçamento em SNC, passando este a contemplar a redução de 15% dos gastos operacionais face a 2009.

Posteriormente, em 10/08/2011, o Conselho de Administração analisou a execução real até 30/06/2011, de acordo com o mapa anexo.

Quadro 7. - Orçamento de exploração (Milhares de euros)

Descrição	Orçamento Anual de 2011 (1)	Real 2011 até 30 Junho 2011 (2)	Desvios	Execução %
Gastos				
Fornecimentos e serviços externos	67.433	29.776	-37.657	44%
Modelo intangível (IAS 11)	56.095	0	-56.095	0%
Gastos com o pessoal	5.321	2.406	-2.915	45%
Gastos de depreciação e amortização	56.790	26.341	-30.449	46%
Perdas por reduções de justo valor	0	-5.465	5.465	-100%
Provisões do período	31.516	15.280	-16.236	48%
Outros gastos e perdas	2.671	676	-1.995	25%
Gastos e perdas de financiamento	116.219	79.592	-36.627	68%
Imposto s/o rendimento período	24	0	-24	0%
Total de gastos	336.068	148.606	-187.462	44%
Rendimentos				
Prestações de serviços	41.332	21.212	-20.120	51%
Modelo intangível (IAS 11)	60.248	0	-60.248	0%
Subsídios à exploração	12.000	5.930	-6.070	49%
Reversões	0	3.349	3.349	100%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	98.744	98.744	100%
Outros rendimentos e ganhos	14.491	7	-14.484	0%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	2.205	118	-2.087	5%
Total de rendimentos	130.275	129.361	-914	99%
Resultado líquido do período	-205.792	-19.245	186.547	

- (1) Valores conforme Demonstração dos Resultados por Naturezas das peças contabilísticas revalorizadas em SNC, documento MP-1088026/11, e aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Junho de 2011.
- (2) Valores baseados na Informação de Gestão, de 29 de Julho de 2011, que foram analisados pelo Conselho de Administração em 10 de Agosto de 2011.

4. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES LEGAIS REFERENTES ÀS EMPRESAS PÚBLICAS

4.1. Deveres especiais de informação previstos no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, e especificados no Despacho n.º 14 277/2008, de 14 de Maio, do Ministro de Estado e das Finanças

A Metro do Porto cumpriu os deveres definidos, com o envio à Inspeção-Geral de Finanças, à Direcção Geral do Tesouro e Finanças e à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, dos documentos previstos na lei e (ou) solicitados por essas Entidades.

A Sociedade, efectua com regularidade a inserção no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), da generalidade da informação de natureza económica e financeira adequada.

4.2. Objectivos de Gestão

Não se encontram fixados objectivos de gestão específicos para a Metro do Porto, equivalentes aos que foram estabelecidos para o período de 2009/2010.

A Empresa encontra-se, no entanto, obrigada ao cumprimento dos objectivos que foram fixados para o Sector Empresarial do Estado (SEE), decorrentes das seguintes orientações estratégicas:

- Despacho n.º 510/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 1 de Junho de 2010, que fixou os limites máximos de aumento de endividamento previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou a redução dos vencimentos dos gestores públicos e equiparados, em 5%, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2010;
- Ofício Circular n.º 7 688 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 7 de Outubro de 2010, que estabelece orientações sobre a política salarial no Sector Empresarial do Estado (SEE). Esta política salarial foi imposta pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (OE 2011) e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011, publicada em 04/01/2011.
- Despacho n.º 1 315/10 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 15 de Novembro de 2010, que determina às empresas um conjunto de medidas, tendo em vista a concretização dos objectivos fixados ao nível da redução dos custos.

4.3. Análise do Cumprimento das Orientações Estratégicas

As Orientações Estratégicas para 2011 transmitidas em reunião de 21 de Outubro de 2010, entre a DGTF e as Administrações de empresas do Sector Empresarial do Estado, definem como objectivos para o exercício de 2011:

- Menos gastos operacionais – redução de 15% dos gastos operacionais de 2011 face aos incorridos em 2009;
- Menos dívida – fixação em 6% do limite máximo de acréscimo ao endividamento em 2011.

Os quadros n.ºs 8 e 9 abaixo, evidenciam as taxas de poupança nos gastos operacionais e o acréscimo do nível de endividamento reportados a 30 de Junho.

Quadro 8. - Plano de redução de gastos operacionais (PRGO) (1)

(milhares de euros)

Rubricas	Orçamento PRGO Anual	Orçamento PRGO até Junho	Real PRGO até Junho	Desvio	
				Valor	%
62 Fornecimentos e serviços externos	59.907	31.844	25.867	-5.977	-19%
63 Gastos com o pessoal	5.321	2.660	2.406	-254	-10%
68 Outros gastos e perdas	86	43	46	3	7%
	65.314	34.548	28.319	-6.229	-18%

(1) Incluindo já o corte de 15% nos Fornecimentos e serviços externos e de 5% nos Gastos com o pessoal

Quadro 9. - Endividamento remunerado

(milhares de euros)

Rubricas	2009	2010	Junho / 2011 (Real)(*)
Dívida remunerada	2.128.255	2.178.307	2.320.059
Acréscimo de endividamento	-	2,4%	6,5%
Limite máximo de variação		7%	6%

(*) Comparativamente ao Financiamento Obtido (Quadro2) o endividamento remunerado está expurgado das dívidas associadas ao cofinanciamento do QREN e a bonificações de juros referentes a operações do o BEI e LEP, no montante total de 114 M€.

4.4. RCM n.º 34/2008, de 2 de Fevereiro – Prazo médio de pagamentos (PMP)

Esta resolução do Conselho de Ministros foi alterada, de acordo com as instruções contidas no Despacho n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, pelo Despacho n.º 9870/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2009.

A avaliação do grau de cumprimento dos objectivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano

A título informativo, refere-se que o prazo médio de pagamentos no final do segundo trimestre de 2011, apurado nos termos do Despacho n.º 9870/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 13 de Abril de 2009, foi agravado para 265 dias.

4.5. RCM n.º 49/2007, de 28 de Março – Princípios de bom governo

A Empresa cumpre, na generalidade, os Princípios de Bom Governo fixados pela RCM n.º 49/2007, de 28 de Março.

O Plano de Igualdade já foi elaborado, mas ainda não foi aprovado e implementado.

No que respeita ao Provedor do cliente, a Empresa continua a aguardar a sua nomeação no âmbito da Autoridade Metropolitana de Transportes.

4.6. Relatório de Sustentabilidade

A Metro do Porto, como Empresa Pública, apresentou um extenso relatório, em que foca as vertentes mais significativas do desempenho da sua actividade, relatório elaborado de acordo com a Carta de Sustentabilidade da UITP, que subscreveu. Ao mesmo tempo, apoiou-se nas orientações do Global Reporting Initiative (GRI) na sua versão mais recente: G3.

Salienta-se assim, como mais importante, a informação quanto à apresentação da sua estrutura jurídica, do governo da sociedade, da estratégia e sustentabilidade, do ambiente, da perspectiva económica e da responsabilidade social.

O Conselho Fiscal analisou, com especial cuidado, este documento e emite o seu parecer favorável a este relatório.

5. NOTAS FINAIS

O capital próprio, em 30 de Junho de 2011 continua a evidenciar um valor fortemente negativo, M€ 1 111, quando em 30 de Junho de 2010 era de M€ 874.

Releva, por outro lado, o incumprimento do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Simultaneamente, a aplicar-se o artigo 5.º do Acordo Parassocial, a Empresa estaria impedida de exercer a sua actividade.

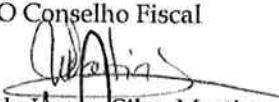
A disparidade entre a utilização de capitais próprios e a de capitais alheios, com elevadíssima preponderância destes últimos, na construção da infraestrutura, conduziu a uma preocupante situação financeira negativa, cujo suporte de juros continuará a agravar essa situação. Justifica-se assim uma decisão dos accionistas quanto à resolução deste desequilíbrio.

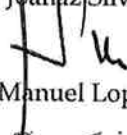
Adiciona-se a esta circunstância, a prática de tarifas fixadas administrativamente que comportam consistente carácter social.


Destaca-se, assim, a importância da formalização do contrato de prestação de serviço público, previsto na Base XV das Bases da Concessão, que fixe a compensação financeira a atribuir pelo Concedente à Concessionária.

Porto, 15 de Setembro de 2011

O Conselho Fiscal


Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins - Presidente


Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto - Vogal


António Magalhães & Carlos Santos - S.R.O.C., representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº177 - Vogal

6. ANEXOS: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Handwritten initials or signature

Balço da Metro do Porto, SA, em 30 de Junho de 2011

(Valores em euros)

RUBRICAS	30-06-2011	30-06-2010
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	3.735.810	23.291.033
Activos intangíveis	2.216.817.235	2.149.567.590
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	296.258	315.103
	<u>2.220.849.302</u>	<u>2.173.173.726</u>
Activo corrente		
Clientes	3.608.396	5.004.798
Estado e outros entes públicos	16.150.527	10.292.640
Outras contas a receber	13.164.161	10.353.299
Diferimentos	75.299	1.478.712
Instrumentos financeiros derivados	26.689.803	30.290.406
Outros activos financeiros	11.709.623	13.042.392
Caixa e depósitos bancários	8.014.061	1.070.099
	<u>79.411.871</u>	<u>71.532.346</u>
Total do activo	<u>2.300.261.173</u>	<u>2.244.706.072</u>

Balço da Metro do Porto, SA, em 30 de Junho de 2011

RUBRICAS	(Valores em euros)	
	30-06-2011	30-06-2010
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	7.500.000	7.500.000
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados	(8.902.775)	(8.484.517)
Resultados transitados	(1.657.111.003)	(1.305.268.926)
Ajustamentos em participações financeiras	835.189	194.466
Subsídios ao investimento	565.399.891	507.859.381
Outras variações no capital próprio	338.649	
Resultado líquido do período	(19.245.308)	(76.253.581)
Total do capital próprio	(1.111.185.357)	(874.453.176)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	211.525.267	149.604.015
Financiamentos obtidos	2.158.201.641	2.151.583.653
Instrumentos financeiros derivados	673.785.920	608.461.109
	3.043.512.828	2.909.648.777
Passivo corrente		
Fornecedores	20.854.108	22.724.852
Estado e outros entes públicos	338.434	367.849
Financiamentos obtidos	275.708.328	119.777.763
Outras contas a pagar	70.456.232	65.995.388
Outros passivos financeiros	576.600	644.619
Passivos não correntes detidos para venda		
	367.933.702	209.510.472
Total do passivo	3.411.446.530	3.119.159.248
Total do capital próprio e do passivo	2.300.261.173	2.244.706.072

Demonstração dos resultados por naturezas da Metro do Porto, SA, do período findo em 30 de Junho de 2011

	(Valores em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	30-06-2011	30-06-2010
Réditos		
Vendas e serviços prestados (transporte de passageiros)	17.379.467	15.419.762
Outras vendas e serviços prestados	3.832.917	1.780.197
Outros rendimentos		
Subsídios à exploração	5.930.220	5.986.698
Aumentos de justo valor	98.743.994	
Outros rendimentos e ganhos	122.146	133.737
Gastos e perdas		
Outros fornecimentos e serviços externos	(29.776.171)	(41.399.445)
Gastos com o pessoal	(2.406.474)	(2.571.002)
Outros gastos e perdas	(675.917)	(529.281)
Provisões líquidas	(11.931.291)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	81.218.891	(21.179.334)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(26.340.702)	(26.842.662)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	54.878.189	(48.021.996)
Juros e rendimentos similares obtidos	3.235	1.436
Juros e gastos similares suportados	(64.452.983)	(28.233.021)
Actualização financeira das provisões (IFRIC 12)	(9.673.749)	
Resultado antes de impostos	(19.245.308)	(76.253.581)
Resultado líquido do período	(19.245.308)	(76.253.581)